



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



## APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



**INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC**

## Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

### Diretor Geral

#### Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

### Diretora Administrativa

#### Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

### Editor de Design Gráfico e Diagramação

#### Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

### Características do Periódico

#### Periodicidade:

Mensal

#### Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

#### Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

#### Registro Internacional:

SSN 3085-654X

#### Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

### Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

**publicacao@iiscientific.com**

### Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande  
CEP 88032-005

*A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.*



## Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

### Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

### Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios  
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva  
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva  
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia  
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

### Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

## Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

### Pareceristas

#### **Ciências da Educação**

Dr. Carlos Mendonça  
Dr. Marcelo Pertussatti  
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

#### **Ciência da Saúde**

Dr. Daniel Laiber  
Dra. Luisa Bonadiman

#### **Ciências Jurídicas**

Dr. Avelino Thiago  
Dr. James Melo de Sousa  
Dr. Manoel Coracy

#### **Educação Inclusiva**

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva  
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

#### **Tecnologia**

Dr. Flávio Lopes  
Dr. Geraldo Lúcio

#### **Editor Gerente**

**Rayane Priscila Santos de Souza**

#### **Editores de Seção**

**Karolayne Luana de Oliveira Silva**  
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

#### **Equipe de Produção Editorial**

**Reviane Francy Silva da Silveira**  
Priscila de Fátima Lima Schio  
Lucas Teotônio Vieira

#### **Editor Técnico**

**Balbino Júnior**

#### **Administrador do Sistema OJS**

**Vitor Santos**

## A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES ESTRUTURAIS DE GÊNERO

THE FEMINIZATION OF POVERTY IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF STRUCTURAL GENDER INEQUALITIES

LA FEMINIZACIÓN DE LA POBREZA EN BRASIL: UN ANÁLISIS DE LAS DESIGUALDADES ESTRUCTURALES DE GÉNERO

### RESUMO

O presente artigo analisa as especificidades da pobreza no cenário brasileiro, investigando como as desigualdades de gênero moldam a vulnerabilidade socioeconômica, reverberando na vida das pessoas, em especial na das mulheres.. Embora a pobreza se manifeste como um fenômeno estrutural decorrente das tensões entre capital e trabalho, seus impactos atingem homens e mulheres de maneira distinta. O estudo destaca a feminização da pobreza, conceito que descreve o crescimento desproporcional da precariedade entre a população feminina ao longo das últimas décadas. A fundamentação teórica associa essa disparidade, predominantemente, à inserção desigual das mulheres no mercado de trabalho, caracterizada por vínculos informais, jornadas parciais e remunerações inferiores em ocupações de menor qualificação técnica. Metodologicamente, a pesquisa configura-se como um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de levantamento bibliográfico destacando os principais estudos que envolvem as categorias de análise – gênero e feminização da pobreza, buscando compreender as dinâmicas de gênero que perpetuam os ciclos de privação no Brasil.

**Palavras-chave:** Pobreza; gênero; feminização da pobreza.

### ABSTRACT

This article analyzes the specificities of poverty within the Brazilian context, investigating how gender inequalities shape socioeconomic vulnerability and their repercussions on people's lives, particularly women's. Although poverty manifests as a structural phenomenon arising from the tensions between capital and labor, its impacts affect men and women differently. The study highlights the feminization of poverty, a concept describing the disproportionate growth of precariousness among the female population over the last decades. The theoretical framework primarily associates this disparity with the unequal integration of women into the labor market, characterized by informal ties, part-time shifts, and lower wages in occupations requiring less technical qualification. Methodologically, the research is a qualitative study developed through a bibliographic review, highlighting key studies involving the analytical categories—gender and the feminization of poverty—aiming to understand the gender dynamics that perpetuate cycles of deprivation in Brazil.

**Keywords:** Poverty; gender; feminization of poverty.

### RESUMEN

El presente artículo analiza las especificidades de la pobreza en el escenario brasileño, investigando cómo las desigualdades de género moldean la vulnerabilidad

socioeconómica y sus repercusiones en la vida de las personas, especialmente en la de las mujeres. Aunque la pobreza se manifiesta como un fenómeno estructural derivado de las tensiones entre el capital y el trabajo, sus impactos afectan a hombres y mujeres de manera distinta. El estudio destaca la feminización de la pobreza, concepto que describe el crecimiento desproporcionado de la precariedad entre la población femenina a lo largo de las últimas décadas. La fundamentación teórica asocia esta disparidad, predominantemente, a la inserción desigual de las mujeres en el mercado laboral, caracterizada por vínculos informales, jornadas parciales y remuneraciones inferiores en ocupaciones de menor cualificación técnica. Metodológicamente, la investigación se configura como un estudio de naturaleza cualitativa, desarrollado mediante un levantamiento bibliográfico que destaca los principales estudios sobre las categorías de análisis —género y feminización de la pobreza—, buscando comprender las dinámicas de género que perpetúan los ciclos de privación en Brasil.

**Palabras clave:** Pobreza; género; feminización de la pobreza.

## 1 INTRODUÇÃO

A problemática da pobreza no Brasil, embora percebida como um fenômeno estrutural vinculado às tensões entre capital e trabalho, tem revelado matizes que ultrapassam a análise puramente classista. Contemporaneamente, observa-se que a vulnerabilidade socioeconômica não se distribui de forma equânime, sendo profundamente moldada pelas nuances de gênero. Este fenômeno é conhecido na literatura especializada como feminização da pobreza, uma vez que dados estatísticos mostram que a precariedade atinge a população feminina com intensidade e frequência superiores à masculina.

Diante desse cenário, o presente artigo busca investigar as raízes históricas e os mecanismos discursivos que legitimam tais desigualdades. Questiona-se: de que maneira as construções sociais de gênero e a reestruturação das unidades familiares contribuem para a cristalização da pobreza entre as mulheres brasileiras? O objetivo central deste estudo, portanto, é analisar a intersecção entre gênero, mercado de trabalho e as dinâmicas de chefia domiciliar, buscando compreender como o ser mulher tornou-se, no contexto neoliberal, um fator de risco para a privação material.

Nesta perspectiva, para uma melhor compreensão do fenômeno em tela, esta exposição dar-se-á início com o estudo da categoria Gênero, tendo em vista este tratar-se da construção social do feminino e do masculino.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A categoria gênero em debate: construção histórica

A compreensão do conceito de gênero evoluiu significativamente, deixando de ser um mero sinônimo para características biológicas e sexuais para se consolidar como uma ferramenta de análise da organização social. Sobre este ponto de análise, manifesta-se Osterne (2008):

Foi, portanto, para rejeitar o determinismo biológico implícito no uso das dicções sexo ou diferença sexual, e para enfatizar o aspecto relacional das definições normativas da feminidade, ou seja, para destacar o caráter, fundamentalmente, social das diferenças fundadas sobre o sexo que apareceu a palavra gênero (Osterne, 2008, p.131).

A literatura na área de gênero evidencia que, no contexto brasileiro, essa transição teórica ganhou força no final da década de 1980, consolidando-se nos anos 1990. De acordo com Matos (2008), esse movimento foi impulsionado pela circulação das teses de Joan Scott, que propôs o gênero como uma categoria analítica fundamental para a história e as ciências sociais (Scott, 1995). De acordo com Frota (2004), a construção do conceito de Gênero sob o prisma de Scott (1995, 1999) é dual, ou seja, o gênero é, simultaneamente, um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de significar relações de poder.

Para além da dicotomia homem/mulher, a análise de gênero desdobra-se em diversas esferas. Citando as premissas de Scott, Silva (2004) ressalta que o gênero se articula através de símbolos culturais, de conceitos normativos, de instituições sociais e de identidade subjetiva, ou seja, a forma como os indivíduos se percebem e se posicionam a partir dessas construções histórico-sociais. Nesta perspectiva, de acordo com (Scott, 1995), essa estrutura evidencia que o gênero funciona como uma primeira instância de articulação de poder, legitimando a distribuição desigual de recursos e prestígio na vida social. Embora o gênero não seja o único campo de articulação de poder, ele constitui-se a primeira instância dentro da qual, ou por meio

da qual, o poder se articula, pode-se inferir, sob esta égide, que falar de gênero significa considerar as relações de poder que se estabelecem entre os sexos.

## **2.2 Exclusão histórica as mulheres e o patriarcado**

Frota (2004), ao recuperar as críticas feministas, expõe que, historicamente, a modernidade ocidental fundamentou-se em paradoxos e evidencia que a Declaração Universal do Homem e do Cidadão de 1789, embora pregasse a universalidade, restringia o status de sujeito político ao homem, excluindo as mulheres do espaço público. A autora ainda menciona que foram as frentes que denunciaram essa incoerência, forçando a transição de um olhar isolado sobre a mulher para um olhar relacional sobre as relações de gênero.

No Brasil, Saffioti (2004) ofereceu uma contribuição crítica primordial ao entendimento desse conceito relacional que envolve a categoria gênero. Para a autora, focar apenas na construção social pode levar ao que ela denomina por essencialismo social, ignorando a materialidade do corpo. Sob esta lógica, a autora questiona - “e o corpo? Não desempenha ele nenhuma função? (Saffioti, 2004, p.110). E conclui: O ser humano deve ser visto como uma totalidade, na medida em que é uno e indivisível”(Saffioti, 2004, p. 110).

Tendo como referência este raciocínio, a autora supracitada defende a ideia do uso simultâneo do conceito de gênero e patriarcado, pois, em seu entendimento, o patriarcado está “no coração da engrenagem exploração- dominação” (Saffioti, 2004, p. 88).

Machado (2000) traz em seus estudos a distinção entre gênero e patriarcado. Ela explica que enquanto o patriarcado descreve um sistema de dominação masculina mais rígido e explicativo, o gênero oferece uma lente mais flexível e dinâmica, capaz de captar as transformações nas subjetividades e nas relações sócio-simbólicas contemporâneas.

A compreensão de Louro (1997) sobre a gênese dos gêneros desloca o olhar do determinismo biológico para a densidade das tramas sociais. Nessa linha de raciocínio, o encontro interpessoal não se restringe à presença de organismos, mas sim à integração de subjetividades que carregam consigo afetos, racionalidades e corporalidades. O indivíduo, portanto, emerge como um projeto histórico em constante

mutação, cujo alicerce é construído em meio aos embates e intersecções de hierarquias de classe, marcadores étnicos e diferenciações de gênero.

Machado (2000), ao discorrer sobre o assunto, avalia que gênero e patriarcado são conceitos distintos, entretanto não opostos. Para ela, o patriarcado possui um conceito fixo e traz consigo a ideia da dominação masculina. Já o conceito de gênero induz a pensar em relações não fixas entre homens e mulheres. Tão logo, as relações sócio-simbólicas são construídas e, portanto, passíveis de transformações.

Puleo (1999) considera que a categoria gênero sugere uma teoria da construção social das identidades sexuadas, bem como das relações de poder entre os sexos, isto é, trata-se de uma relação dialética entre os sexos. Discutir sobre a categoria gênero significa, ainda, para a autora, falar de um conceito construído pelas ciências sociais a fim de analisar a constituição sócio-histórica das identidades masculina e feminina. Supõe, deste modo, considerar a existência de discursos que legitimam e justificam a hierarquização dos homens e do masculino, assim como das mulheres e do feminino.

De acordo com Louro (1997), embora o campo de estudos de gênero seja marcado por uma multiplicidade de abordagens teóricas, nota-se um eixo comum que une as diversas vertentes feministas: a compreensão de que as identidades não são essências naturais, mas sim produções socioculturais. Sob essa perspectiva, a literatura especializada destaca como certas narrativas sociais atuam para validar e perpetuar a supremacia do masculino sobre o feminino. Tais mecanismos de poder, que estabelecem e legitimam hierarquias entre os sexos, serão analisados detalhadamente na sequência deste trabalho.

### **2.3 Os discursos legitimadores da desigualdade entre homens e mulheres**

Segundo Brasil (2009), os discursos de legitimação e justificação da desigualdade entre homens e mulheres apresentam caráter de verdadeiros sistemas de crenças que atribuem características diferentes a cada um dos sexos. A partir destas atribuições, determinam os direitos, os espaços, as atividades pertinentes a cada sexo. Historicamente, esses discursos encontram-se nas mais diversas áreas, dentre elas: na mitologia, na religião e nas ciências.

Puleo (2004), por exemplo, registra a presença dos discursos que legitimam a desigualdade também no ramo das ciências. Para ilustrar a proposição, a autora reporta-se à exclusão das mulheres da cidadania no momento da instauração das democracias modernas. No período em epígrafe, médicos-filósofos se fundamentaram, para deixá-las à parte desse processo, na teoria da debilidade cerebral feminina e, também, nos preceitos da Higiene, que prezavam pela dedicação integral das mulheres à maternidade.

Os estudos da autora em análise revelam que a tradição filosófica não foi imune à reprodução de assimetrias de gênero, atuando frequentemente como suporte teórico para a marginalização feminina. Entretanto, o próprio exercício do pensamento crítico confere à filosofia um caráter ambivalente; se por um lado ela serviu ao status quo, por outro, oferece as ferramentas intelectuais necessárias para desconstruir e subverter tais injustiças. Sob essa ótica, estabelece-se um paralelo entre a exclusão de vozes na historiografia filosófica e o apagamento presente na história hegemônica global. De acordo com a autora, “quando há um discurso profundamente misógino ou sexista em filosofia é porque paralelamente existe um discurso feminista nessa mesma época. Isso é muito interessante porque a história oficial da filosofia é como a história oficial em geral: uma história de vencedores” (Puleo, 2004, p. 16).

De acordo com Silva (2005), os livros escolares, enquanto instrumentos de socialização primária, desempenham um papel crucial na manutenção de arquétipos comportamentais. A estudiosa destaca que o design desses documentos reforça uma hierarquia de gêneros ao invisibilizar o protagonismo feminino na esfera pública. A análise semiótica das ilustrações revela um padrão de submissão: as mulheres são retratadas prioritariamente em cenários de dependência ou em tarefas de reprodução social, o que consolida a ideia de que o espaço privado é o seu lugar natural e único de atuação.

A perspectiva de Osterne (2008), fundamentada no pensamento castoriadista, sugere que toda manifestação no campo histórico-social está mergulhada em um universo de significações. Todavia, faz-se uma distinção necessária: a existência social não é um fenômeno puramente simbólico. Elementos vitais como o sistema produtivo, as relações de consumo, a morte e o nascimento manifestam-se como eventos reais e coletivos. Ainda que a estrutura simbólica seja o que confere inteligibilidade a essas ações, elas possuem uma dimensão de fazer e de acontecer que precede e excede o código de linguagem.

Na perspectiva de Pierre Bourdieu (1999), os sistemas simbólicos operam como ferramentas fundamentais para a coesão e integração dos grupos sociais. Dentro dessa dinâmica, a manutenção das assimetrias de gênero foi historicamente assegurada por uma tríade institucional composta pela família, pela religião e pelo sistema educacional. Essas instâncias não atuam isoladamente, mas em alinhamento com o poder estatal, que transpõe a lógica do patriarcado doméstico para a esfera pública. Assim, o Estado ratifica as normas de gênero ao incorporá-las na regulação da vida cotidiana e no funcionamento de suas próprias estruturas burocráticas. Tais instâncias, sincronizadamente, possuem a característica de agir sobre as estruturas inconscientes, explica o autor:

É, sem dúvida, à Família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, (...) ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. Por fim, a Escola, mesmo quando já libertada da tutela da igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal e sobretudo os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas (Bourdieu, 2007, p. 103-104).

Além das narrativas de legitimação, a própria dinâmica da vida cotidiana desempenha um papel crucial na cristalização das disparidades de gênero. De acordo com as reflexões de Soares (2002), o dia a dia possui uma força inercial que converte práticas sociais em hábitos automáticos. Essa rotinização acaba por normatizar condutas e petrificar regras, criando uma sensação de perenidade que dificulta a percepção de que tais estruturas são construídas. Ao tornar o social aparentemente imutável, o cotidiano atua como um mecanismo que limita a agência humana e a capacidade de subversão das normas estabelecidas.

De acordo com as análises de Heller (1989), o risco de alienação é inerente à esfera do cotidiano, dada a pressão constante pela reprodução de modelos sociais. A necessidade de ajuste ao grupo leva o indivíduo a uma aceitação passiva das regras vigentes, muitas vezes para evitar os atritos decorrentes da dissidência. Nesse cenário, o cumprimento burocrático de papéis sociais sobrepõe-se à consciência crítica, resultando em uma integração social que privilegia a estabilidade e a ausência de conflitos em detrimento da autenticidade humana.

Ratificando o pensamento da autora supracitada, Saffioti (2004) entende que a persistência das disparidades é alimentada, em grande medida, pela natureza repetitiva da vida comum. O cotidiano atua como um mecanismo de fixação, no qual a reiteração de gestos e expectativas consolida arquétipos rígidos sobre o que define o homem e a mulher. Essa sedimentação de valores transforma construções históricas em dogmas aparentemente inquestionáveis, dificultando a ruptura com a ordem patriarcal estabelecida.

#### **2.4 A pobreza no contexto neoliberal**

A compreensão das assimetrias entre homens e mulheres passa pela investigação da feminização da pobreza. Esse cenário é indissociável da implementação do ideário neoliberal no continente latino-americano, que aprofundou as carências materiais ao priorizar modelos de mercado que frequentemente marginalizam grupos historicamente vulneráveis.

A recessão global de meados da década de 1970 marcou o declínio do ciclo de crescimento econômico anterior, provocando o abandono das diretrizes keynesianas e o desmonte das estruturas do *Welfare State*. Conforme apontam Gutiérrez, Long e Parga (2004), esse cenário viabilizou a ascensão do neoliberalismo. Nesse novo modelo, o Estado abriu mão de seu papel como regulador social e reduziu drasticamente sua atuação direta, adotando a face do Estado mínimo. Contudo, essa retração foi seletiva: enquanto o setor social encolhia, o aparato estatal se fortalecia para garantir a proteção e o financiamento da acumulação de capital privado.

Para Harvey(2008), a ascensão do projeto neoliberal como força dominante no cenário global teve suas raízes fincadas nas administrações de Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, durante a transição dos anos 1970 para os anos 1980. Nesta perspectiva, de acordo com Anderson (1995), mais do que um fenômeno restrito às nações desenvolvidas, essa ideologia fundiu-se à dinâmica da globalização, estabelecendo-se como a lógica preponderante que rege, ainda hoje, as esferas política, econômica e cultural em nível internacional.

Embora essa fase tenha sido marcada por uma aceleração notável no progresso tecnológico e científico, tal modernidade não convergiu para uma melhoria equânime das condições de vida. Segundo Harvey (2008), a adoção dos preceitos neoliberais acirrou as desigualdades de classe, promovendo um cenário de intensa

acumulação de capital por grupos minoritários. Como contrapartida desse processo, observa-se a persistência de uma pobreza sistêmica que atinge vastos contingentes populacionais ao redor do globo.

Nessa perspectiva teórica, considerando as ideias de Gutiérrez; Long; Parga (2004), infere-se que a convergência entre a doutrina neoliberal e a integração econômica global impõe transformações profundas na soberania das nações e no cotidiano das coletividades. No contexto específico da América Latina, Sader (2003) sinaliza que esse processo não se traduziu em desenvolvimento equânime; ao contrário, a desarticulação de mecanismos de proteção estatal e a abertura de mercados precipitaram uma acentuação drástica das vulnerabilidades sociais e da indigência.

De acordo com a análise de Johnson (2007), a pobreza contemporânea deve ser compreendida como um subproduto direto da disseminação da racionalidade neoliberal nas estruturas sociais. O autor sustenta que o vigor desse modelo econômico não apenas reitera as disparidades já existentes, mas atua ativamente no fortalecimento de uma distribuição de riqueza profundamente desigual, consolidando barreiras para a equidade social.

### 3 METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo central deste estudo, utilizou-se as pesquisas de natureza qualitativa, pautadas pelo paradigma interpretativo das ciências sociais. Para tanto, fez-se uso da pesquisa do tipo bibliográfica e também documental.

Para a efetivação do levantamento bibliográfico foram utilizadas produções acadêmicas relevantes sobre o assunto, principalmente obras de referência que envolvem as categorias de análise centrais deste estudo, a saber: sobre a categoria gênero, pobreza e feminização da pobreza.

No que tange à pesquisa documental esta se pautou na análise dos indicadores sociais relacionados ao empobrecimento feminino oriundos de consulta aos relatórios da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e Síntese de Indicadores Sociais do IBGE.

Por fim, destaca-se que a análise dos dados seguiu a lógica dialética, confrontando as mudanças estruturais na composição das famílias brasileiras com as

barreiras culturais que mantêm a mulher em ocupações de menor prestígio e remuneração.

## 4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Embora a precariedade material constitua um dilema de natureza estrutural, derivado das tensões intrínsecas à relação entre capital e trabalho, suas manifestações não ocorrem de forma homogênea entre os sujeitos. Conforme elucidam Gomes e Carloto (2011), as repercussões dessa dinâmica econômica são processadas de modos distintos por homens e mulheres. Tal percepção fundamenta a tese da feminização da pobreza, evidenciando uma tendência contemporânea em que as vulnerabilidades sociais incidem com maior intensidade e frequência sobre a população feminina.

O conceito de feminização da pobreza, sob a égide de Novellino (2004), descreve um fenômeno longitudinal em que a pauperização atinge as mulheres com intensidade e frequência superiores às registradas entre o público masculino. Essa terminologia, que encontra suas raízes teóricas nos estudos de Pearce (1978), identifica o agravamento desse processo na transição da mulher para o papel de única mantenedora do núcleo familiar. Sob essa lógica, a ausência de um companheiro e a centralização das responsabilidades de provimento nos ombros femininos configura a chefia domiciliar como um dos principais indicadores da vulnerabilidade econômica. Assim, a configuração de famílias monoparentais femininas torna-se um dado crítico para mensurar a exclusão social que assola o contingente feminino na atualidade.

No cenário nacional, a interdependência entre a precariedade econômica e a gestão doméstica feminina é um ponto central nas análises de Pacheco (2005). Ao revisar a literatura sobre a realidade das famílias brasileiras, a autora identifica uma correlação intrínseca entre o gênero do provedor e o nível de vulnerabilidade social. As evidências apontam para um crescimento contínuo e expressivo de núcleos familiares conduzidos por mulheres no Brasil, ressaltando que a maior parte desse contingente está concentrada nas faixas de menor renda da pirâmide social.

A configuração familiar pautada na hegemonia patriarcal — caracterizada por cadeias de comando verticais e pela divisão rígida de funções entre os sexos —

experimentou uma retração acentuada a partir da segunda metade do século XX. Essa erosão do modelo tradicional não se limitou às nações de economia avançada, manifestando-se de forma igualmente nítida nas regiões periféricas do sistema capitalista, o que sinaliza uma reestruturação global das relações domésticas e do parentesco (Therborn, 2006).

Dias (2016) menciona que as metamorfoses observadas no âmbito doméstico representam uma ruptura paradigmática profunda, assemelhando-se a uma subversão dos costumes tradicionais. Esse processo de reestruturação incide diretamente sobre as esferas da sexualidade e das convenções matrimoniais, resultando em uma alteração drástica dos modelos de parentalidade e convivência. De acordo com sua análise, a contemporaneidade testemunha a transição de um modelo institucional rígido para arranjos baseados na afetividade, o que redefine substancialmente os contornos da unidade familiar.

Se no final da década de 1990 as mulheres figuravam como referência em cerca de 25,9% dos domicílios, esse índice saltou para 34,9% em 2008 (IBGE, 2008) e atingiu a marca de quase 50% na atualidade (IBGE, 2024), consolidando a chefia feminina como um padrão de arranjo familiar nacional.

A configuração das estruturas familiares no Brasil passou por mudanças profundas nas últimas décadas, marcadas pela ascensão feminina ao posto de liderança dos lares. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), a proporção de mulheres como pessoas de referência nos domicílios cresceu de 25,9% em 1998 para 34,9% em 2008. No mesmo intervalo, houve um aumento notável de mulheres que assumiram a função de arrimo de família mesmo com a presença de um companheiro, saltando de 2,4% para 9,1%. Esse movimento de chefia feminina consolidou-se de forma inédita em 2023, quando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) registrou que as mulheres passaram a ser as responsáveis por 50,9% das residências brasileiras, tornando-se, pela primeira vez, a maioria absoluta nesse quesito (IBGE, 2024).

A configuração das estruturas familiares no Brasil passou por mudanças profundas nas últimas décadas, marcadas pela ascensão feminina ao posto de liderança dos lares. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), a proporção de mulheres como pessoas de referência nos domicílios cresceu de 25,9% em 1998 para 34,9% em 2008. No mesmo intervalo, houve um aumento notável de mulheres que assumiram a função de arrimo de família mesmo

com a presença de um companheiro, saltando de 2,4% para 9,1%. Esse movimento de chefia feminina consolidou-se de forma inédita em 2023, quando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) registrou que as mulheres passaram a ser as responsáveis por 50,9% das residências brasileiras, tornando-se, pela primeira vez, a maioria absoluta nesse quesito (IBGE, 2024). No que tange à vulnerabilidade econômica, a Síntese de Indicadores Sociais aponta que a pobreza atinge de forma desproporcional as famílias monoparentais femininas com filhos de até 14 anos, chegando ao índice de 58,8% para mulheres pretas ou pardas nessa condição (IBGE, 2024).

Segundo Ribeiro (1998), nas regiões metropolitanas, a proporção de famílias monoparentais é maior que a média para o conjunto do país. Assim, quanto mais elevado o índice de urbanização, maior o número de famílias com a presença de apenas um dos cônjuges. Tal premissa pode ser ratificada com dados do IBGE que apontam que a distribuição geográfica das unidades domésticas sob comando feminino no Brasil revela uma concentração predominantemente citadina. De acordo com o IBGE (2002), esse arranjo se caracteriza como um fenômeno essencialmente urbano, uma vez que 91,4% desses domicílios situavam-se em áreas urbanas, ao passo que apenas 8,6% localizavam-se em contextos rurais. Atualizações recentes da PNAD Contínua (2023) confirmam a persistência dessa disparidade espacial, embora com uma leve interiorização – cerca de 92,1% das mulheres que são pessoas de referência residem em áreas urbanas, refletindo as dinâmicas de acesso ao mercado de trabalho e aos serviços públicos concentrados nos grandes centros (IBGE, 2024).

Alguns estudos, entretanto, apontam algumas fragilidades nas literaturas que evidenciam a chefia familiar feminina como fator causador do aumento da pobreza entre as mulheres. Castro (1999), por exemplo, afirma que a intensificação da pobreza entre as mulheres não é determinada pela ausência da figura masculina de provedor. Para ela, o motivo do problema encontra-se no fato de que, em determinadas circunstâncias, foram as mulheres, esposas, companheiras, com desiguais condições de ingresso e permanência no mundo do trabalho, que tiveram que assumir este papel.

Assim, infere-se que a compreensão das dinâmicas familiares contemporâneas exige uma análise que ultrapasse a mera contagem demográfica, adentrando na politização do cuidado e nas desigualdades estruturais. Conforme

discutido por Biemmi (2023), o crescimento dos lares chefiados por mulheres no sul global reflete tanto um processo de autonomia quanto uma feminização da sobrevivência, em que a ausência de redes de apoio estatais sobrecarrega a figura feminina.

No contexto brasileiro, Passos e Silva (2022) argumentam que a prevalência de famílias monoparentais em territórios urbanos vulneráveis está intrinsecamente ligada à precariedade do mercado de trabalho e à insuficiência de políticas públicas de assistência social.

Com base nesta linha de raciocínio, Castro (1999) destaca que mesmo nos casos em que as mulheres constituíram suas famílias sem a presença masculina exercendo o papel de provedor, a posição que elas ocupam no mercado de trabalho se entrelaça aos papéis sociais a elas direcionados, tais como, de mães, esposas. Logo, os rendimentos que elas obtêm através do trabalho produtivo não são vistos como a renda familiar principal, mas, tão somente, como um ganho complementar.

Assim, nos estudos que buscam retratar a feminização da pobreza, prepondera as explicações que associam este fenômeno ao modo de participação da mulher no mercado de trabalho, pois entre as mulheres prevalecem os trabalhos em período parcial, temporários, precários e informais. Além disso, geralmente, elas encontram-se no exercício de ocupações que exigem menos qualificação e que, conseqüentemente, oferecem salários mais baixos. A configuração deste cenário conforme alerta Gomes e Souza (2024) coloca, inclusive, as mulheres em uma posição de maior exposição a riscos sociais, uma vez que a gestão isolada da unidade doméstica, somada à desigualdade salarial, limita as possibilidades de romper ciclos de dependência e violência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste estudo permite concluir que a feminização da pobreza no Brasil não é um subproduto acidental da economia, mas sim o resultado de uma convergência entre a persistência do patriarcado e a lógica excludente do neoliberalismo.

Os dados apresentados evidenciam uma mudança paradigmática na liderança dos lares brasileiros: o modelo tradicional de provedoria masculina deu lugar a uma

maioria de chefias femininas. Entretanto, essa autonomia não veio acompanhada de equidade material. Pelo contrário, a inserção desigual no mercado de trabalho — marcada pela informalidade e menores remunerações -- faz com que a ascensão feminina à chefia familiar seja, em muitos casos, um indicativo de vulnerabilidade, especialmente entre mulheres pretas e pardas em contextos urbanos.

Por fim, pelo exposto, sugere-se que o combate à pobreza no Brasil exige um olhar interseccional que reconheça que as políticas públicas universais são insuficientes se não considerarem as especificidades de gênero e raça.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana no mercado de trabalho no contexto da reestruturação. *Revista Proposta*, São Paulo, n. 88/89, p. 76-93, mar./ago. 2001.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 11, p. 65-70, out. 2000.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BIEMMI, Irene. *Gênero e gerações: novas configurações das famílias contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2023.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Gênero e diversidade na escola: caderno de textos*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BRUSCHINI, Cristina. Apresentação. In: BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998a. p. 7-9.

\_\_\_\_\_. *Gênero e Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?* Brasil, 1985 a 1995. Paper apresentado no Seminário Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios. GT População e Gênero Nepo/Unicamp, São Paulo, 1998b.

\_\_\_\_\_. *Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985 – 1995*. São Paulo: FCC/DPE, 1998c.

CARLOTO, Cássia. Gênero, Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino. *Serviço Social em Revista*, v. 4, n. 2, jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 149-156.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica ao salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. In: GALEAZZI, Irene M. S. (org.). *Mulher e trabalho*. Porto Alegre: PED-RMPA, 2001.

CUNHA, M. A. Gênero no trabalho: desemprego exclusão e precariedade. *Trabalho e Educação: Revista do NETE*, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

DEL PRIORE, Mary. Viagem pelo Imaginário do Interior Feminino. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

FROTA, Maria Helena de Paula. *Mulheres e homens na linha de produção: quando as relações de trabalho e gênero se entrecruzam*. Fortaleza: [s.n.], 2004.

GOMES, Maria Helena; SOUZA, Ana Paula. *Políticas Públicas e Gênero: o desafio da proteção social nos municípios brasileiros*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 2024.

GUTIÉRREZ, A.; LONG, J.; PARGA, J. *Neoliberalismo e Pobreza na América Latina*. [S.l.: s.n.], [20--].

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1977.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli et al. (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

\_\_\_\_\_. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 24-41, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_. (org.). *Sobre o modelo japonês*. Tradução de R. Eichemberg et al. São Paulo: EDUSP, 1993.

HIRATA, Helena; LE DOARÉ, H. *Os paradoxos da globalização*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 1999. (Cadernos Sempreviva).

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, P. Força e Fragilidade: o modelo japonês. *Revista Estudos Avançados*, v. 5, n. 12, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua 2023: características dos domicílios e dos moradores*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 abr. 2026.

\_\_\_\_\_. *Síntese de indicadores sociais: 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

\_\_\_\_\_. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. (Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 26).

JOHNSON, Guillermo Alfredo. Neoliberalismo e cultura política na América Latina: uma crítica à visão liberal de Estado, democracia e sociedade. *Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 161-169, jul./dez. 2007.

JOHNSON, Guillermo Alfredo; KRIEGER, Moises. Feminização da Pobreza: uma leitura crítica. *Achegas*, v. 1, 2007. Disponível em: [http://www.achegas.net/numero/35/johnson\\_35.pdf](http://www.achegas.net/numero/35/johnson_35.pdf). Acesso em: 12 set. 2007.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

\_\_\_\_\_. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli et al. (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 464-479, 1996.

LOPES, Juarez B.; GOTTSCHALK, Andréa. Recessão, pobreza e família: a década pior do que perdida. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 100-109, jan./mar. 1990.

MACHADO, Lia Z. *Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?* Brasília: UnB, 2000. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie284empdf.pdf>. Acesso em: 31 maio 2004.

MATOS, Marlise. A categoria gênero: por uma genealogia do conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio/ago. 2008.

NOVELLINO, Maria Salet. *O conceito de feminização da pobreza: um balanço crítico*. Série Estudos: Textos de Demografia, n. 28, 2004.

\_\_\_\_\_. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ABEP, 2004. v. 1.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes C. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 123-148.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. *Família, Pobreza e Gênero: O Lugar da Dominação Masculina*. Fortaleza: EDUECE, 2001.

\_\_\_\_\_. *Violência nas relações de gênero e cidadania feminina*. Fortaleza: EDUECE, 2008.

PACHECO, Ana Lucia de P. Barros. *Mulheres pobres e chefes de família*. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PEARCE, Diana. The feminization of poverty: Women, work, and welfare. *Urban and Social Change Review*, v. 11, n. 1-2, 1978.

PESSIS, Anne-marie; MARTÍN, Gabriela. Das Origens da desigualdade de gênero. In: MARTÍN, Márcia Castillo; OLIVEIRA, Suely (orgs.). *Marcadas a ferro*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 17-22.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PULEO, Alicia H. *Filosofia, gênero y pensamiento crítico*. Espanha: Universidad de Valladolid, 1999.

\_\_\_\_\_. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto do futuro. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 13-34.

QUEIROZ, D. T. et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *Revista Enfermagem (UERJ)*, v. 15, p. 276-283, 2007.

QUINTAS, F. Casa & família: o cotidiano feminino. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 5, n. 1, p. 75-97, 1989.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RIBEIRO, R. M. et al. Estrutura familiar, trabalho e renda. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 135-158.

SADER, Emir. *A vingança da história: política e sociedade no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Inserção da mulher na força de trabalho brasileira: períodos de prosperidade e períodos de crise econômica no Brasil: 1872-1982*. Rio de Janeiro: XVI Congresso Latino-Americano de Sociologia, 1986.

\_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). *Uma Questão de gênero*. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

\_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan W. O gênero como uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, n. 2, 1990.

\_\_\_\_\_. Género: una categoría útil para los estudios históricos? In: LAMAS, M. (org.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. Cidade do México: PUEG, 1997. p. 265-302.

\_\_\_\_\_. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SILVA, Severino Vicente da. Imagens da mulher em um livro didático. In: MARTÍN, Márcia Castillo; OLIVEIRA, Suely (orgs.). *Marcadas a ferro*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 154-158.

SOARES, Ana C. Nassif. *Mulheres chefes de família: narrativa e percurso ideológico*. Franca: UNESP-FHDSS, 2002.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

THERBORN, Göran. *Entre o Sexo e o Poder: a família no mundo, 1900-2000*. Brasília: MDA, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1994.

ZIRBEL, I. O processo de introdução do conceito de gênero no Brasil. *Reunião nacional do gt estudos de gênero*. Florianópolis, 2004.

